

**A. I. N°** - 232608.1208/09-3  
**AUTUADO** - IVANO A. CUNHA  
**AUTUANTES** - JOSÉ ANGELO DE SPUZA NETO e DOMINGOS SÁVIO B. FIGUEIREDO  
**ORIGEM** - IFMT/SUL  
**INTERNET** - 05.11.2010

## 2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF N° 0296-02/10

**EMENTA:** ICMS. EXTINÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. PAGAMENTO INTEGRAL DO DÉBITO. Nos termos do art. 156, inciso I do CTN extingue-se o crédito tributário com o pagamento total do débito pelo sujeito passivo, ficando, conseqüentemente, também extinto o processo administrativo fiscal em conformidade com o inciso IV, do artigo 122, do RPAF/99. Defesa **PREJUDICADA**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

O Auto de Infração foi lavrado em 21/12/2009, pela fiscalização de mercadorias em trânsito, para exigência de ICMS no valor de R\$4.071,30, acrescido da multa de 100%, em decorrência de ter sido o transporte de mercadorias sem documentação fiscal, conforme Termo de Apreensão de Mercadorias e Documentos (fls.04/35). Consta, na descrição dos fatos, a seguinte irregularidade: *“Trata-se de apreensão de mercadorias em trânsito em Itabuna, sem documento fiscal, sendo distribuídas com os pedidos n°s 0002300, 0002534 a 0002538; 0002540 e 0002546 a 0002558, juntamente com outras mercadorias, acompanhadas com as notas fiscais 0001073, 0001074, 0001078, 0001071, 0001072, 0001069 0001068e 0001070.”*

O sujeito passivo, através de advogado legalmente constituído, em 18/02/2010 ingressou tempestivamente com impugnação ao lançamento do crédito tributário conforme documentos às fls.43 a 66 tendo, posteriormente, se manifestado pelo reconhecimento integral do débito e a conseqüente desistência da defesa apresentada, mediante requerimento formal, devidamente protocolado, de acordo com os benefícios auferidos através da Lei n° 11.908 de 04 de maio de 2010 (Publicado no Diário Oficial de 05/05/2010), conforme extratos de pagamentos gerados pelo SIGAT – Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária, fls.94 a 96, que confirmam a efetivação do pagamento da exigência fiscal.

## VOTO

O autuado ao efetuar o pagamento total da exigência fiscal, parte com os benefícios auferidos através da Lei n° 11.908 de 04 de maio de 2010, reconheceu o lançamento tributário indicado no presente Auto de Infração. Por sua vez, o reconhecimento do crédito tributário do Estado pelo contribuinte através do pagamento efetuado conduz o processo à extinção, conforme previsto no artigo 122, inciso IV, do RPAF/99 e torna a defesa apresentada sem eficácia. Assim, fica extinto o processo administrativo fiscal, nos termos do artigo 156, inciso I, do CTN, e **PREJUDICADA** a defesa apresentada.

## RESOLUÇÃO

**ACORDAM** os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, considerar **PREJUDICADA** a defesa apresentada e declarar **EXTINTO** o Processo Administrativo Fiscal relativo ao Auto de Infração n° 232608.1208/

**CUNHA**, devendo o autuado ser cientificado desta decisão e os autos encaminhados à INFAZ de origem para fim de homologação do pagamento e arquivamento do processo.

Sala das Sessões do CONSEF, 19 de outubro de 2010.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE/RELATOR

ÂNGELO MARIO DE ARAUJO PITOMBO - JULGADOR

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – JULGADOR